



COLEÇÃO
HESPÉRIDES
CULTURA

02

PORTUGAL E(M) NÓS.

Contributos para a compreensão do
relacionamento cultural galego-português

EDIÇÃO DE

Roberto Samartim
Carlos Pazos-Justo

húmus



Universidade do Minho
Centro de Estudos Humanísticos

get #
GRUPO DE ESTUDOS
TERRITORIAIS
G-00061

A **COLEÇÃO HESPÉRIDES** DESTINA-SE
ESSENCIALMENTE À PUBLICAÇÃO DE
MONOGRAFIAS E OUTROS TRABALHOS
CIENTÍFICOS DOS INVESTIGADORES
DO CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS.

O Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho é uma unidade de investigação acreditada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), cujos objetivos prioritários são o desenvolvimento e a divulgação de investigação no domínio das Humanidades, em particular nas áreas dos estudos linguísticos, literários, culturais e artísticos.

PORTUGAL E(M) NÓS

Contributos para a compreensão do
relacionamento cultural galego-português

EDIÇÃO DE

Roberto Samartim
Carlos Pazos-Justo



Universidade do Minho
Centro de Estudos Humanísticos



PORTUGAL COMO TRAVE DO GALEGUISMO? (UMA INTRODUÇÃO)

ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XX A EUROPA ASSISTE AO PROCESSO DE ELABORAÇÃO INTELLECTUAL, primeiro, e de institucionalização e naturalização, depois, da atual ideia de nação como sujeito coletivo de soberania política (Thiesse 1999). Com diferentes tempos e modos, graus e intensidades, materiais repertoriais ou recursos, e até propriamente com desenvolvimentos diversos (nomeadamente uma ideia mais orgânico-historicista e outra ideia mais liberal de nação, identificadas com os polos irradiadores alemão e francês, respetivamente), o sucesso na institucionalização e conseguinte naturalização desta ideia nas populações envolvidas é, também, variável. Para este relativo êxito ou fracasso contribui, de regra, a (pré-)existência e o envolvimento no processo de um Estado proselitista capaz de educar e, em última instância, impor (legítima[da]mente) o sentido comum nacional ao conjunto das populações administradas. Este corpus ideológico nacional(ista), construído da mão do empoderamento político da burguesia e da implementação do capitalismo industrial como modo de produção principal (as duas revoluções de que fala Hobsbawm [1996]), foi exportado pela Europa a quase o mundo todo e sujeito a apropriações e adaptações por classes sociais diferentes daquelas envolvidas nas suas primeiras formulações (aristocracia primeiro, proletariado depois).

Nestes processos de fabricação por elites locais de identidades diferenciais e diferenciadas a respeito de outras comunidades (Espósito 1998) – que, por sua vez, foram ou estão a ser também imaginadas (Anderson 1983) por elites diferentes noutros lugares –, nestes processos de construção nacional, então, são significativos os labores de apoio, suporte e assistência identitária realizados por agentes forâneos, quer através da transferência¹ de ideias previamente elaboradas por estes e depois apropriadas e socializadas pelas elites locais, quer através de tomadas de posição concretas em apoio de programas ou estratégias sustentados por algum dos grupos que intervêm na nacionalização dessa comunidade local (não raro utilizando para esses fins os campos culturais).

No espaço geocultural ibérico, estes fenómenos concretizam-se tanto na concorrência pelo mesmo espaço social de projetos nacionais diferentes (apresentados como mais ou menos conciliáveis ou antagónicos em função de conjunturas, estratégias e programas), como nas diferentes funções referenciais que as elites envolvidas no processo de socialização da ideia de nação própria podem vir a atribuir aos restantes sistemas (Even-Zohar 1990) ou comunidades político-culturais peninsulares.

Em concreto, no espaço social da Galiza coexistem desde o início destes processos dois projetos nacionalitários com diferente grau de institucionalização e, em maior ou menor medida, concorrentes, antagónicos, conciliáveis ou (ir)reduzíveis: a *nação* espanhola, sustentada ao longo da prática totalidade do período em foco em regime de monopólio por um Estado caracterizado pelo centralismo no político e pela identificação (apenas ou sobretudo) com materiais castelhanos na sua vertente tanto jurídica como linguístico-cultural; e a *nacionalidade* galega, sustentada pelo sector das elites locais que trabalha para a sua institucionalização à margem do aparelho estatal (com aproveitamento variável das possibilidades abertas pelo ordenamento político-institucional em cada momento) e à qual esse mesmo Estado concede um certo grau de autonomia política só a partir da descentralização

¹ O termo *transferência* é entendido nos trabalhos que integram este livro em que ele aparece como “todo o elemento que é importado de um sistema por um factor do sistema-meta (*vid* Even-Zohar 1990)” [*apud* Torres Feijó 1999].

político-administrativa e do reconhecimento da pluralidade cultural da *nação* espanhola contemplado na constituição de 1978^[2].

Da mesma maneira, para os vários agentes envolvidos em provar e defender a existência da Galiza como comunidade político-cultural diferenciada Portugal funciona, em geral e na maioria do período, como histórico referente de reintegração^[3] e reforço legitimador de estratégias e programas. No eixo cronológico, esta afirmação ajusta-se, em rigor, à funcionalidade atribuída pelo núcleo do galeguismo^[4] a Portugal e às restantes comunidades de língua portuguesa até à década de setenta do século XX. Nesta altura inicia-se a transição da ditadura do general Francisco Franco para a monarquia parlamentar e a autonomia política

² A distinção entre a *nação* (único sujeito de soberania política) e a(s) nacionalidade(s) (comunidades apenas culturais) é pertinente, ou até determinante, para compreendermos a questão nacional no ordenamento jurídico atual do Reino da Espanha: “a constituição espanhola referendada em dezembro de 1978 sanciona, dumha parte, a monarquia parlamentar e a descentralização política como forma de governo e, por outro lado, a distinção entre a “*Nación española*”, único agente de soberania conformado administrativamente por várias comunidades autónomas, e algumas dessas comunidades perspetivadas como *Nacionalidades*”; por outras palavras: “a constituição hoje vigorante no Reino da Espanha sustenta a divisão entre umha única Nação Política (Espanha) e várias Nações Culturais (Galiza, Catalunha, Euskádi, ...) elididas no texto legal, por ele privadas do reconhecimento do direito à soberania política e às quais lhes é *concedido* um grau variável de autonomia” (Samartim 2017: 32; itálicos no original). Sobre nacionalismo espanhol veja-se Taibo 2007 ou Núñez Seixas 2018; para o nacionalismo galego veja-se Beramendi e Núñez Seixas 1995 ou Beramendi 2007.

³ Nos trabalhos que fazem parte deste volume o termo *Referente de Reintegração* (Beramendi 1991) designa “um agregado dos sistemas que se reconhecem utentes dumha mesma norma sistémica, [no caso galego] a língua portuguesa, que na actualidade, constituem um intersistema cultural (Torres Feijó, 2004: 442)” (*apud* Samartim e Cordeiro Rua 2009). Dessa maneira, é possível definir o *reintegracionismo* como “a ideia de (re)inclusão da Galiza num intersistema cultural compartilhado com os espaços do sistema lingüístico comum conhecido internacionalmente por *Lusofonia* (Samartim, 2005: 34n; itálico no original)” (*apud* Samartim e Cordeiro Rua 2009).

⁴ Entendemos por *galeguismo* o “movimento de reivindicação da identidade diferenciada da Galiza com independência do grau de autonomia política proposto para a colectividade galega polos vários grupos ou agentes autoproclamados galeguistas, assi como o processo de fabricação de ideias que apoiam e justificam os vários graus desta reivindicação. Quando este movimento vise a reivindicação política da Galiza como ente nacional diferenciado dum referente de oposição identificado com o par Castela/ Espanha, estaremos falando em nacionalismo, umha das várias ideias possíveis de galeguismo (Samartim, 2005: 10)” (*apud* Samartim e Cordeiro Rua 2009).

que define o atual regime espanhol, no qual a Galiza é dotada de órgãos de governo próprios (dirigidos, de regra, por forças regionalistas de centro-direita que nem desenvolvem em todos os seus termos o quadro estatutário nem contemplam nos seus programas o carácter nacional da comunidade) e se produz o maior grau de institucionalização do Sistema Cultural Galego até à data.

Neste processo de mudança de regime político e até à atualidade, o nacionalismo filológico que rege no Sistema Cultural Galego (pelo menos desde a criação das Irmandades da Fala em 1916) atribui à língua da Galiza a função de principal (ou até único) marcador etno-identitário diferencial imprescindível para a configuração, a identificação e a reprodução da comunidade política e cultural galega. Nesse momento de institucionalização político-cultural, a língua da Galiza atinge, quanto ao reconhecimento do seu estatuto jurídico, a consideração de *língua própria* e a oficialização dos seus usos na Comunidade Autónoma de Galicia de acordo com os termos fixados na Constituição espanhola (1978), no Estatuto de Autonomía de Galicia (1981) e na Lei de Normalización Lingüística (1983) hoje vigorantes: a *cooficialidade subalterna*, expressada no dever de conhecer e o direito de usar o castelhano, única língua nomeada na constituição de 1978, e em apenas no direito de usar o galego no âmbito da comunidade autónoma contemplado na legislação amparada nesse texto constitucional.

Igualmente, será nesta mesma altura quando os grupos galeguistas ativos no Sistema Cultural Galego participem (com níveis de institucionalização variável) no processo de codificação e de construção das ideologias linguísticas propostas hoje para a língua da Galiza. Tal como veremos na continuação, este processo de construção ideológica e de seleção de materiais para a variedade padrão girará, em grande medida, em volta da relação da língua galega (metonímia da própria comunidade) com a língua portuguesa, com a tradição (bem medieval galego-portuguesa bem apenas moderna galega), com as falas populares, e com a presença social e o grau de diferença, coincidência ou concorrência com a língua castelhana (presente no espaço social galego e de obrigado conhecimento para a sua cidadania, com projeção internacional e suporte político, assim como fortemente institucionalizada e valorizada).

Nessa conjuntura de (expetativa de) mudança de regime político, então, o Instituto da Língua Galega [ILG] (criado no seio da Universidade

de Santiago de Compostela [USC] em 1971) consegue impor no polo mais institucionalizado do Sistema Cultural Galego da altura a ideia da autonomia da língua da Galiza em relação à de Portugal, validar como base para a língua standar as falas populares e a tradição literária moderna (fundada por Rosalía de Castro com a publicação dos *Cantares Gallegos* em 1863), identificar o galego com materiais linguísticos coincidentes com o castelhano (ortografia e determinadas soluções morfológicas e léxicas, sobretudo) e pactuar com a Real Academia Galega [RAG] (fundada por iniciativa do regionalismo etnicista e reconhecida pelo Estado Espanhol já em 1906) umas *Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego* (NOMIG 1982) fundadas nestes critérios e oficializadas em inícios da década de oitenta do século XX pelas autoridades políticas da Comunidade Autónoma de Galicia (Samartim 2005 e 2018b).

Essa passagem de referente de reintegração para referente de oposição^[5], verificado em início no campo da codificação linguística, alarga-se a partir dos anos oitenta do século XX desde os espaços com maior grau de institucionalização do Sistema Cultural Galego para a maioria dos âmbitos desse sistema em virtude do já apontado carácter eminentemente filológico que tem o galeguismo no século XX (Samartim 2017: 119 e ss.). Esta ideia de língua própria, elaborada na passagem do franquismo para o regime atual como diferente do português, é socializada na Galiza autonómica através do ensino, as administrações públicas, os meios de comunicação e, de forma maioritária, também através de uns campos culturais (principalmente do literário) relativamente heterónomos em relação com o poder político que sustenta a administração autonómica.

No polo menos institucionalizado do sistema cultural galego, por sua vez, os principais grupos nacionalistas impugnam a autoridade de RAG e ILG para a fixação da língua da Galiza e promovem, até 2003, modelos linguísticos alternativos baseados nas propostas académicas prévias ao referido pacto da RAG com o Instituto universitário. Estas propostas partem do reconhecimento da unidade linguística galego-portuguesa (discutindo a utilidade normalizadora deste facto filológico), do questionamento da língua popular como modelo válido para o estabelecimento

⁵ O *Referente de Oposição* ou *Referente de Negação* (Beramendi 1991) é aquele “sistema do qual se pretende a emancipação e sobre o que se gera umha atitude de rechaço” (Torres Feijó 2004: 442).

da variedade padrão (em função do grau de interferência^[6] castelhana verificado nas falas galegas), do recurso à tradição também medieval galego-portuguesa para a fixação de determinadas escolhas léxicas e morfológicas, e da seleção como provisórios de materiais constitutivos coincidentes com o castelhano e diferenciais em relação com o português (nomeadamente da ortografia). Além disto, as propostas colocadas no campo da codificação linguística desde 1980 por este nacionalismo galego localizado na esquerda política assentam (ao lado da já referida não atribuição de utilidade normalizadora ao facto filológico da unidade linguística galego-portuguesa) na identificação da natureza política do conflito linguístico, entendido como derivado da relação colonial existente entre a Galiza e a Espanha e como só resolúvel com o fim desta relação subalterna a favor das classes populares da nação galega^[7].

⁶ O termo *interferência* é entendido nos trabalhos deste livro, no sentido dado por Even-Zohar (1990), como “as relações [de transferência não voluntária] estabelecidas entre dous sistemas literários ou culturais” [*apud* Torres Feijó 1999: 290].

⁷ Quanto à primeira ideia veja-se Rodríguez (1991: 39): “Se non hai que discutir que, desde unha perspectiva lingüística, galego e portugués son a mesma língua, é un consolo pouco convincente desde unha perspectiva sociolóxica e política. Hai que subliñar sempre que unha língua é fundamentalmente útil no contexto do povo que a fala”. Quanto à ideia de nação (re)elaborada pelo nacionalismo galego nos anos setenta do século XX repare-se no seguinte fragmento tirado da sua publicação *Terra e Tempo* (nº 37, 1976: 5): “neste intre da evolución do capitalismo a nación son as clases populares porque a nación adquire categoría revolucionaria contra o poder burgués, A NACIÓN NON SON TODAS AS CLASES, SONNO SOIO AQUELAS QUE ASUMEN A LOITA DE LIBERACIÓN NACIONAL que, nas circunstancias actuais, é unha loita de liberación social das clases asoballadas”. Sirva de exemplo no referido à relação apontada entre conflito político e conflito linguístico o trecho que citamos na continuação (AS-PG 1980): “Criticamos por isto todos os plantexamentos do problema da língua que desvinculen esta dos problemas políticos, económicos e sociais do noso país, porque nace deles e a eles se remite” (p.8); “O noso idioma ten problemas e graves, pero en nengun caso son a falta de unificación, a proliferación de escritas diferentes ou as normas diverxentes, porque estas son meras consecuencias da sua própria condición de idioma non normalizado. Os inimigos reais teñen outro nome: é a Constitución española, que deixa moi claro cales son os «direitos» do español fronte aos das outras línguas, é a política española de hoxe, neocolonial e asimilista por via democrática” (p.9); “[...] O problema da escrita do galego, insistimos, non é tal problema, desde o momento en que se dispón dun «recetário» de convencións válidas, por claridade e por economía, para a ortografía do mesmo, discutíbeis como todas e provisórias como as de todas as línguas non oficiais, pero aptas para reproducir a nosa língua por escrito, que é do que se trata, en definitiva. [...] estamos loitando para que a nosa língua recupere todas as suas funcións sexa a língua normal dunha Galicia soberana” (p.10).

Por outra parte, com o grau de institucionalização mais fraco de todos os agentes que atuam no sistema cultural galego tanto no tardo-franquismo como no regime autonómico, os grupos declaradamente reintegracionistas sustentam, desde a tomada de posição do galeguista português Manuel Rodrigues Lapa em 1973 até a atualidade (Samartim 2005), a utilidade da unidade linguística galego-portuguesa, quer para promover a extensão social dos usos da língua galega quer como contributo para travar o processo de substituição linguística em curso na Galiza^[8]. Desde a periferia do sistema cultural galego contemporâneo, o reintegracionismo assenta as suas propostas normativas (quer as individuais de finais da década de setenta [Montero Santalla 1979] quer as associativas da década seguinte [AGAL 1983 e 1985]) na secundarização da língua oral como modelo para a variedade *standar*, no recurso fundamental à tradição medieval galego-portuguesa para a escolha de materiais normativos, na solidariedade com os outros padrões do sistema linguístico galego-luso (com português e brasileiro primeiro, com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa depois de 1990) e na ortografia dita etimológica (coincidente com a portuguesa) como baliza simbólica e franja de segurança com o castelhano^[9].

Quanto à evolução nas últimas décadas das posições dos grupos envolvidos no processo de codificação e construção da ideia de língua

⁸ “Dada a situación socio-política da Galiza, o noso isolamento lingüístico dos luso-brasileiros aumentaría a vulnerabilidade do galego fronte ao español e agravaría o perigo de que se degrade a mero dialecto do castellano, co que viría resultar ameazada a mesma sobrevivencia do idioma” (Montero-Santalla 1979: 4).

⁹ “Reconhecer a situação conflitiva em que se desenvolvem os usos aminorados do galego e a sua dependência do espanhol, tenta[n]do suprimir todo aquilo que nom seja propriamente galego. Preferimos, portanto, pôr em uso todas as formas tradicionais que na ortografia, gramática e léxico fôrom suplantadas polo espanhol, parcial ou totalmente, e que o português actual conserva em muitos casos. Contodo, rejeita-se para o uso normal os verdadeiros arcaísmos, por nom funcionais. Assi, tomamos as falas como ponto de partida, e contraste, com o galego anterior e com o luso-brasileiro moderno, mas nunca como ponto primeiro e último ou único, nom só polo desigual submetimento ao espanhol, senom porque pretendemos principalmente construir a língua escrita, pauta de correcção idiomática, por definição, também para a língua oral. As falas só nom podem ser o principal axioma, menos ainda no caso galego. [...] No caso da ortografia, preferência pola tradicional galega e nom pola espanhola, solucionando os casos duvidosos ou nom resolvidos na época medieval em harmonia básica com a norma luso-brasileira actual” (AGAL 1985: 20-21).

para o galego, em meados de noventa do século XX destacados agentes do ILG (Monteagudo 1995) perfilam a sua posição aplicando ao caso galego as propostas de taxonomia linguística de Kloss e Muljačić. Partindo destes postulados, denominam a sua proposta codicológica e ideológica como “autonomista” ou “galego identificado” (a língua galega independente da portuguesa), afirmam existir “bilingüismo inerente” entre galego e português (compreensão sem aprendizagem) e localizam a diferença entre galego e português no âmbito da sociolinguística, sustentando que de processos de elaboração linguística diferentes resultam duas línguas (por distanciamento?) no espaço galego-português peninsular^[10].

Por sua vez, os grupos nacionalistas galegos reconhecem a autoridade da Academia para fixar e identificar a língua da Galiza em 2003 (Samartim 2018: 151-153). O modelo linguístico resultante da participação do nacionalismo no consenso normativo com a RAG e o ILG (NOMIG 2003) mantém a ideologia e os critérios standardizadores fixados previamente por essas duas instituições (autonomia linguística do galego e fixação da variedade padrão sobre a base da abstração da fala popular e da tradição literária moderna) e supõe, por um lado, o reforçamento da língua portuguesa como referente de analogia^[11] da língua galega e, por outro lado, a eliminação do texto normativo de

¹⁰ Quanto a se galego e português constituem uma ou duas línguas por distanciamento confrontem-se, no próprio volume, as posições de Antón Santamarina (diretor do ILG nessa altura) e de Francisco Fernández Rei (um dos principais dialetólogos do Instituto da USC): “Se nos atemos estrictamente ó punto de vista lingüístico a afinidade entre o galego e o português é tan grande que sería perfectamente posible reducilos a unha norma única” (Santamarina 1995: 73) *vs* “Unha cousa é apoiarse no actual português (e nas outras linguas románicas, amais do galego vivo) para estandariza-lo galego moderno, especialmente no léxico, e outra é elaborar unha norma querendo «ignorar» o estado actual do galego, esencialmente as profundas transformacións fonolóxicas que nel se produciron e que hoxe o afastan tanto do portugués que impiden un sistema ortográfico común” (Fernández Rei 1995: 190-191). Seja como for, toda a vez que “un idioma non se define exclusiva nin principalmente con criterios lingüísticos, senón que os criterios sociolingüísticos son determinantes” (Monteagudo 1995: 11), os membros do ILG entendem que a diferença entre galego e português está localizada no plano sociolingüístico, nomeadamente em que o primeiro foi estandardizado de maneira autónoma ao português na época contemporânea.

¹¹ Beramendi (1991: 136) entende os *referente de analogia* como “aquellos entes nacionales con los que se compara positivamente el propio. [...] funcionan como modelos emulativos”).

alguma referência explícita ao português como referente de oposição do galego^[12].

Ao igual que no caso do nacionalismo galego, os grupos reintegracionistas tentam socializar um modelo alternativo ao promovido desde as instituições políticas e culturais da Comunidade Autónoma e mudam de estratégia em inícios do século XXI. Neste caso, agentes luso-reintegracionistas fundam em 2008 a Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP) com o objetivo de promover no espaço social galego o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa assinado no Rio de Janeiro em 1990. Para além de adaptar a este Acordo Ortográfico as propostas normativas prévias (AGAL 2010) ou de as fazer confluir em uma única proposta com o referido Acordo de 1990 (AGAL 2017), o movimento associativo reintegracionista lança em 2018 a *estratégia binormativista* para a língua da Galiza. Esta proposta de binormativismo – que se pretende análoga da solução habilitada para os casos luxemburguês e norueguês – parte da unidade linguística galego-portuguesa, não impugna a validade do padrão da RAG e propõe “a coexistência, em paridade legal, de dous modelos gráficos para representar umha mesma língua: um modelo mais local [o autonomista] e outro semelhante ou compartilhado com um ou vários estados vizinhos [o reintegracionista]” (<https://a.gal/binormativismo/>).

No plano não estritamente codificador, o reintegracionismo também promoveu campanhas focando a não exclusão das suas práticas do campo literário autonómico, reclamando a possibilidade de concorrer a prémios e de publicar em editoras que limitam a participação e a publicação a textos escritos de acordo com o standar académico (Galego em Liberdade em 2014 e O Fim do Apartheid em 2016). Para além destas

¹² Quanto ao português como fundamental referente de analogia para o galego, o texto das NOMIG de 1982 é reelaborado em 2003 incorporando o seguinte fragmento: “Para o arriquecimento do léxico culto, nomeadamente no referido aos âmbitos científico e técnico, o português será considerado recurso fundamental, sempre que esta adopción non for contraria ás características estruturais do galego (RAG 2003: 10). Desaparece também da “Introdución” desta última edição do texto normativo da Academia o fragmento sublinhado abaixo: “Valorar a contribución do português peninsular e brasileiro, pero excluír solucións que, aínda sendo apropiadas para esa lingua, sexan contrarias á estrutura lingüística do galego. O punto de partida e de chegada en calquera escolla normativa ha de ser sempre o galego, que non debe sacrificar-las súas características propias e relevantes en beneficio das dunha lingua irmá, pero diferente.” (RAG-ILG 1982: 10).

iniciativas viradas para a participação e o reconhecimento do reintegrationismo nos campos culturais autonómicos, a ação mais sucedida destes grupos no plano institucional foi a promoção da Iniciativa Legislativa Popular (ILP) “Paz-Andrade”, apresentada ao Parlamento de Galicia em março de 2013 com o apoio de 17.000 assinaturas, destinada a dar amparo jurídico a um quadro de relacionamento galego-lusófono e aprovada por unanimidade dos partidos políticos presentes nesse Parlamento no ano seguinte como “Lei 1/2014 de 24 de março para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos com a Lusofonia”. Com um grau de desenvolvimento e aplicação considerado até ao momento insuficiente pelos grupos promotores (Rodríguez Fernández 2018) esta “Lei Paz-Andrade” recolhe no básico a proposta da ILP e identifica vários campos em que a população da Galiza pode beneficiar do vínculo linguístico-cultural galego-lusófono, nomeadamente por meio da incorporação da língua portuguesa ao ensino regrado (Fernández Carballido 2019) e à administração pública galega, assim como com a promoção de parcerias no campo audiovisual e com o estabelecimento de vínculos diplomáticos intercomunitários referenciados na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Neste último ponto cabe referir que na XXII Reunião ordinária do Conselho de Ministros dos Países de Língua Portuguesa (celebrada em Brasília em 20 de julho de 2017) foi aprovada uma Resolução sobre a Concessão da Categoria de Observador Consultivo da CPLP para a AGLP. Com o mesmo rol de membro observador consultivo tinha sido admitido também na CPLP uns meses antes (em reunião de 1 de novembro de 2016) o Consello da Cultura Galega, instituição criada pelo governo galego no ano 1983 conforme indicado no artigo 32 do Estatuto de Autonomía de Galicia (Lei 8/1983) e presidida desde esse momento por agentes centrais dos grupos que participam do referido pacto RAG-ILG.

Esta incorporação à CPLP do Consello da Cultura Galega (referendada na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da entidade) pode apontar também para o grau de resiliência dos grupos com maior centralidade no sistema cultural autonómico. Com um nível variável de indefinição nos discursos relativos à vinculação linguística existente entre galego e português (de familiaridade, de pertença a um sistema linguístico policêntrico ou multielaborado, de filiação genética

[Monteagudo 2012], etc.) estes grupos estariam a adaptar as suas posições quanto ao relacionamento galego-português às novas condições presentes no Sistema Cultural Galego nestas duas primeiras décadas do século XXI. Referimo-nos, nomeadamente, às novas circunstâncias derivadas das apontadas mudanças estratégicas de nacionalistas e reintegracionistas, que passaram a reconhecer normas e autoridades emanadas das instituições autonómicas, participando os primeiros nos seus consensos (NOMIG 2003) ou aspirando os segundos à validação e ao reconhecimento do seu programa (binormativismo) e à participação nos espaços culturais e institucionais até ao momento para eles vedados.

Para além deste alargamento do consenso e do consequente reforço das posições dos grupos com maior grau de institucionalização, outras condições podem ser notadas para entendermos o funcionamento neste século XXI de um Sistema Cultural Galego no qual é possível identificar ameaças e heteronomias de vários tipos. Cabe referir, neste sentido, o impacto que a crise económica de 2007-2008 teve no sistema, produzindo a redução do volume de recursos públicos que as instituições autonómicas destinam à cultura (Linheira 2017: 144-149; para uma aproximação deste impacto económico no campo editorial veja-se Fernández Casais 2019: 20-21). Igualmente, faz-se evidente o avanço do processo de substituição linguística do galego em favor do castelhano na Galiza (IGE 2019) e o aumento do grau de interferência linguística verificado nas falas galegas em todos os planos (fonético, morfológico, léxico, pragmático etc.); este último elemento pode explicar a mudança de discurso verificada naqueles grupos nacionalistas que, durante o último terço do século XX, priorizam a ideia da extensão do uso (normalização) face à qualidade do uso e agora promovem um conjunto de práticas específicas, identificadas como “língua de qualidade” (Freixeiro Mato 2009 e 2014), dentro das margens fixadas pelas NOMIG de 2003.

Neste estado de campo, pois, os grupos com maior centralidade na cultura autonómica, que já não veem impugnadas as suas posições na Galiza por nacionalistas nem reintegracionistas, estabelecem relações com seus homólogos portugueses ou lusófonos valendo-se dos materiais e das ideias que conformam o seu programa (segundo o qual fixam os termos e os objetivos do relacionamento) e aproveitando para isso agora os meios e os espaços institucionais em que participam. Estes espaços, aliás, não estão limitados apenas aos campos culturais, mas também

abertos ao relacionamento em chave política e económica favorecido pela adesão da República Portuguesa e do Reino da Espanha à atual União Europeia em 1985 (Eurorregião Galiza-Norte de Portugal, Eixo Atlântico etc.).

Abrem-se, portanto, espaços e oportunidades para o relacionamento, e também para a procura de objetivos não necessariamente condizentes com aquela função atribuída a Portugal pelo galeguismo no século XIX e boa parte do XX. Seja como for, vale a pena apontar que o relacionamento no plano político-institucional coloca também desequilíbrios e assimetrias, toda a vez que a vinculação da Galiza com o conjunto da comunidade portuguesa, tal como focada historicamente pelo galeguismo (Castelao 1992), põe em diálogo dois planos político-administrativos diferentes (um estado-nação e uma comunidade autónoma de um estado vizinho) e, por outro lado, a limitação da relação da Galiza apenas com o Norte de Portugal, para além de se afastar das propostas do galeguismo histórico, encontrará na interlocução portuguesa um agente privado da institucionalização política que sim existe a norte do Minho.

Os textos recolhidos no presente volume supõem, enfim, diferentes aproximações, abordagens e desenvolvimentos das questões sintetizadas nas páginas precedentes, quer no eixo temático quer no cronológico. Através dos contributos que integram este livro é possível identificar os agentes (particulares ou institucionais) empenhados na construção identitária da comunidade galega (em relação dialéctica, aliás, com outros agentes com programas diferentes, quando não antagónicos) e envolvidos no relacionamento galego-português entre os séculos XVIII e XXI; da mesma maneira, é possível nos aproximarmos dos programas propostos, dos objetivos procurados e das funcionalidades atribuídas por essa fração das elites (político-)culturais da Galiza ao relacionamento de duas comunidades peninsulares com alegados vínculos geo-humanos, históricos, étnicos, culturais ou linguísticos. Com especial destaque para aqueles momentos e estados de campo considerados estratégicos para entendermos os modos e a função atribuída pelos vários agentes que se movem no Sistema Cultural Galego ao relacionamento galego-português no período em foco, nos capítulos seguintes veremos, pois, como Portugal (a sua mera existência como comunidade geo-humana) e as elites culturais, intelectuais ou políticas

lusas contribuem para o reforço dos programas ideológicos e para as ações do galeguismo historicamente considerado; serão focadas, igualmente, as mudanças (de parcerias, estratégias, programas etc.) que é possível verificar nesse sentido no fim do período analisado.

A estes efeitos, reunimos no presente volume um conjunto de oito trabalhos que surgem de projetos de investigação implementados por equipas de pesquisa ou por agentes individuais que fazem parte da Rede Galabra, integrada por pessoas e grupos de investigação presentes em universidades da Galiza, a Espanha, Portugal e o Brasil (*vid.* <https://redegabalabra.org/>; para a trajetória de Galabra veja-se Torres Feijó 2009 e Samartim 2016). Assim, o contributo de Raquel Bello Vázquez é resultado de um projeto de investigação por ela dirigido na USC sobre o período ilustrado na Galiza e os trabalhos referentes aos anos setenta do século XX (da autoria de Felisa Rodríguez Prado, Gonçalo Cordeiro Rua e Roberto Samartim) fazem parte dos resultados dos projetos POLULIGA/ FISEMPOGA, dirigidos na mesma universidade pelo professor Elias J. Torres Feijó¹³; já os textos assinados por Elias J. Torres Feijó e Carlos Pazos-Justo resultam das suas pesquisas particulares em volta do relacionamento galego-lusófono (no caso do primeiro trabalho achegado pelo professor Torres Feijó, este é parte da produção relativa à linha de investigação aberta com a sua tese de doutoramento já em 1995).

Para além do texto inédito que encerra o livro, da autoria de Carlos Pazos-Justo, os restantes contributos foram publicados em atas de congressos ou revistas da área entre os anos 1999 e 2014. A somar à solvência científica para a que aponta tanto a inclusão nos projetos de investigação referidos como a sua avaliação por pares no momento de serem publicados, os textos agora divulgados mobilizam um alargado conjunto de ferramentas teórico-metodológicas procedentes do campo científico das humanidades e as ciências sociais, quer presentes nas

¹³ “Subsídios para o Estudo do período ilustrado na Galiza (1705-1820)”, financiado pelo governo galego entre 2007 e 2010 (INCITE08PXIB204051PR); “Portugal e o Mundo Lusófono na Literatura Galega das Últimas Três Décadas (1968-2000)” [POLULIGA], financiado pelo governo da Galiza entre 2001 e 2004 [PGIDT01PXI20414PR]; “Fabricação e Socialização de Ideias num Sistema Cultural Emergente durante um Período de Mudança Política (Galiza 1968-1982)” [FISEMPOGA], financiado pelo Ministerio de Ciencia y Tecnología do governo da Espanha entre 2009 e 2011 [FFI2008-05335].

teórias sistémicas e sociológicas formuladas por Itamar Even-Zohar e Pierre Bourdieu (recurso habitual na produção ligada à Rede Galabra), quer elaboradas no âmbito da própria rede para sua aplicação ao entendimento do caso galego (e outros similares)^[14].

Os trabalhos elencados (espalhados por várias publicações e, portanto, dificilmente acessíveis até ao de agora para o público geral) são agora editados sem qualquer revisão ou atualização relativa a conteúdos. Esta conservação propositada da datação dos textos previamente publicados tenciona dar conta do estado das investigações na altura em que os trabalhos foram dados a prelo, assim como também explica as repetições ou coincidências existentes entre alguns trabalhos (nomeadamente naqueles que abordam o mesmo período histórico) e

¹⁴ Para além dos conceitos já definidos e colocados em itálico nas nossas notas precedentes, os textos elencados remetem para o conceito de *canonização estática* vs. *canonização dinâmica* de Even-Zohar (1990) [*apud* Cordeiro Rua e Rodríguez Prado 2002], de *campo cultural*, *campo do poder* e *espaço social* (Bourdieu 1991) [*apud* Torres Feijó 1999] ou para os modos de funcionamento do *estereótipo* desenvolvidos por Pageaux e Machado (2002) [*apud* Torres Feijó 1999]. Igualmente, são definidos conceitos elaborados pelo professor Torres Feijó para o entendimento do caso galego, tais como *défices projetivos*, “elementos programáticos de um sector, aqui o galeguista, cuja prática pode ver-se dificultada ou impedida por motivos táticos, políticos, económicos, sociais etc.” (Torres Feijó 1999: 274); *normas sistémicas*, “(materiais ou regras repertoriais da perspectiva analítica de Even-Zohar) som critérios delimitadores que actuam como princípios básicos que se activam nas práticas culturais dos espaços sociais, e de cuja interpretação e aceitação pela comunidade participante dependem as possibilidades e os modos de obter uso, posição e função nos sistemas culturais. As normas sistémicas, aliás, nom apenas determinam os nutrientes da estrutura do sistema mas os modos e efeitos de serem atingidos os seus pertencentes” (Torres Feijó 2004: 429-430) [*apud* Samartim e Cordeiro Rua 2009]; *tendências subsistémicas*, “práticas que, mantendo especificidades a respeito do sistema originário, nom pretendem impugnar a sua pertença a este (o que, provisoriamente e de forma insuficiente e esquemática, se pode fazer equivaler a «literaturas regionais» tal como entendidas, por exemplo, no contexto cultural ibérico)” (Torres Feijó 2004: 429) [*apud* Samartim e Cordeiro Rua 2009] ou *enclave*: “Elias Torres Feijó ([...] [2004: 429 e ss.]) e o grupo Galabra, por el coordinado, aplican a noción de enclave para estudiar o conxunto de actividades literarias desenvolvidas nun espacio social que se vincula a outro que actúa como metrópole, asumindo sempre a pertença de ambos a un único sistema literario” (Equipo Glifo 1998: 71-72). Assim, por outras palavras, os enclaves som umha secção do sistema cultural situada num território geograficamente afastado do da comunidade originária, configurando um espaço no qual as pessoas e as instituições presentes mantêm relações específicas entre elas e com os seus homólogos da metrópole” [*apud* Samartim e Cordeiro Rua 2009: 179].

possibilita, aliás, uma leitura autónoma de cada capítulo. São realizados, contudo, alguns labores editoriais sobre os textos seleccionados com o fim de facilitar a leitura e dar coerência e unidade ao livro. Nomeadamente, unificamos o modelo linguístico de todos os materiais aplicando o Acordo Ortográfico da língua portuguesa; agrupamos a bibliografia que acompanha cada texto em uma única secção no fim do livro, evitando assim duplicações; aliviamos quanto possível o aparelho de notas de rodapé de cada capítulo, com o intuito de favorecer a leitura mais fluída dos textos. Corrigimos também eventuais gralhas, lapsos ou castelhanismos e elaboramos um índice de instituições e eventos, um índice onomástico e outro conceitual.

Quanto à natureza e conteúdos dos trabalhos concretos, o contributo de Raquel Bello Vázquez foi apresentado como comunicação no X Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas (AIL) celebrado em Faro, Portugal, no verão de 2011 e foi publicado no ano seguinte, prévia avaliação por pares, nos volumes temáticos resultantes desse encontro científico internacional. Neste texto são analisadas as vinculações com Portugal do produtor galego da segunda metade do século XVIII José Andrés Cornide. Estas relações, tracejáveis a partir de correspondência com vários ilustrados residentes em Portugal e das produções de Cornide que visam diferentes aspetos da cultura ou da geografia portuguesa, podem ser vinculados, segundo se desprende da análise de Bello Vázquez, com as próprias raízes do galeguismo do século seguinte. As conclusões do trabalho invitam a questionar alguns lugares comuns sobre a consideração da língua galega por parte das elites ilustradas do século XVIII, assim como também a questão identitária galega nesta mesma altura.

Os dois capítulos da responsabilidade do professor Elias J. Torres Feijó abordam a função atribuída a Portugal pelo galeguismo em dois momentos determinantes na configuração da identidade diferenciada da comunidade galega. O primeiro dos textos da autoria de Torres Feijó foi publicado em 1999 na revista portuguesa ligada ao ISCTE-IUL *Ler História* e foi elaborado mobilizando parte da documentação levantada para a realização da sua tese de doutoramento (Torres Feijó 1995). Nele, o diretor do Grupo Galabra da USC estuda a função de referente de reintegração atribuída a Portugal pelo galeguismo no seu período fundacional, analisando as ações de assistência identitária

de agentes portugueses e como estas são valorizadas e utilizadas pelo regionalismo galego ao serviço da sua legitimação e do reforço do seu programa de autonomização político-cultural, ao tempo que elas são desvalorizadas e contestadas por grupos rivais (que trabalham para a subsistemização do galego no sistema espanhol).

No texto seguinte, apresentado ao III Colóquio Luso-Galaico sobre a Saudade celebrado no Porto e em Viana do Castelo em maio de 2008, Elias J. Torres Feijó estuda a trajetória e as diferentes utilidades político-culturais atribuídas à saudade pelos diversos grupos galeguistas, especialmente no momento em que este movimento se configura como nacionalista; Torres Feijó analisa neste contributo a incorporação deste material identitário originado em Portugal ao referente afirmativo da comunidade galega, evidenciando a função preeminente como referente de reintegração desempenhada pelo sistema português noutro período determinante para a configuração do Sistema Cultural Galego contemporâneo.

Os quatro capítulos seguintes analisam a função atribuída ao sistema português pelos diferentes grupos ativos no Sistema Cultural Galego no período em que se produz a passagem do franquismo para a monarquia parlamentar no Estado espanhol. Quer a partir de abordagens de conjunto quer focando campos culturais concretos ou eventos históricos específicos, estes quatro trabalhos contribuem também para compreender, em boa medida, as posições atingidas por esses grupos e os programas desenhados para o relacionamento galego-português no atual regime autonómico.

O texto que abre este bloco foi apresentado como comunicação ao I Congresso Internacional O pensamento Luso-Galaico-Brasileiro (1850-2000) celebrado no Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa em outubro de 2007 e foi publicado nas atas deste evento científico dois anos depois. Da autoria de Roberto Samartim e Gonçalo Cordeiro Rua, o capítulo apresenta o projeto de investigação que está na origem tanto deste como dos três capítulos seguintes para, imediatamente, atender as continuidades e principais mudanças experimentadas no Sistema Cultural Galego quanto aos grupos atuantes e as ideias por eles promovidas através do campo editorial durante o tardofranquismo e a transição (1968-1978). Com recurso à Análise de Redes Sociais, o trabalho analisa um corpus composto por livros

e revistas da altura e identifica a posição de cada grupo em relação com um conjunto de ideias-força agrupadas em seis áreas temáticas: história, literatura, arte, cultura, língua e política.

O capítulo seguinte está assinado por Gonçalo Cordeiro Rua e por Felisa Rodríguez Prado e foi apresentado como comunicação no VII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas celebrado na Brown University em inícios de julho de 2002. Disponibilizado pela AIL em 2017 através do seu repositório on-line, este contributo descreve em pormenor o funcionamento do Sistema Literário Galego no período final da ditadura franquista e o diferente papel que os vários agentes que nele participam atribuem ao referente português. Com especial atenção ao estado do campo político da altura, aos repertórios literários priorizados ou rejeitados por cada grupo e ao processo de codificação linguística iniciado nesse momento, Cordeiro Rua e Rodríguez Prado apontam já para a fratura existente entre uma tendência “popularista” e outra “cultu”, verificada em relação tanto ao modelo de língua proposto e aos repertórios literários priorizados como ao labor atribuído à tradição por cada grupo com presença no Sistema Cultural Galego do tardofranquismo. O recurso ao labor legitimador do referente português será invocado ou rejeitado em relação com estes três elementos em função das diferentes posições e programas de cada grupo analisado.

O texto seguinte foi apresentado por Felisa Rodríguez Prado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais celebrado na Universidade de Coimbra em setembro de 2004. Nele, a investigadora de Galabra-USC aborda as estratégias de ação das novas gerações do nacionalismo galego de esquerdas, localizadas na resistência política ao franquismo e animadoras de campos culturais até esse momento praticamente desatendidos pelo galeguismo. Nomeadamente, Rodríguez Prado analisa as ações da juventude universitária galega em um campo musical que assiste na década de setenta do século XX ao surgimento do movimento da *nova canção galega*. No trabalho verifica-se que, para o reforço deste campo musical em construção, estes agentes da esquerda recorrem tanto à solidariedade das periferias estatais (sistemas catalão e basco) e a materiais procedentes do celtismo como a transferências de materiais repertoriais referenciados no folclore galego-português e nos sistemas lusófonos (Portugal e o Brasil).

O último trabalho que analisa o Sistema Cultural Galego dos anos setenta é da autoria de Roberto Samartim, foi apresentado como comunicação no Colóquio comemorativo dos 40 anos do 25 de Abril celebrado na UMinho em abril de 2014 e foi publicado na revista do CEHUM *Diacrítica* nesse mesmo ano. Neste contributo, para além de realizar uma sondagem na imprensa galega de abril a julho de 1974, Samartim analisa os impactos causados pela revolução iniciada em Portugal em 25 de abril desse ano nos campos cultural e político da Galiza a partir da análise das ações, os discursos e as relações dos grupos que ocupam uma posição de maior centralidade no Sistema Cultural Galego da altura. O percurso realizado confirma que é precisamente nos anos setenta do século XX quando são construídas as lógicas de relacionamento e as alianças galego-portuguesas ainda hoje vigorantes, nomeadamente no espaço da esquerda política.

O volume encerra com um contributo em que Carlos Pazos-Justo aborda o relacionamento cultural entre Galiza e Portugal na atualidade. Em seguimento de estudos anteriores deste membro de Galabra-UMinho e como segunda versão de um texto enviado previamente a uma outra publicação gorada, Pazos-Justo explicita neste texto as ideias e origens do quadro relacional em foco, problematiza os rumos atuais do relacionamento galego-português em função das lógicas políticas, endógenas e exógenas, e deteta o ruído que preside o contacto poliédrico e dinâmico neste espaço peninsular, tanto na sua dimensão institucional quanto identitária. O texto funciona como recolha bibliográfica e síntese do período abordado pelos textos precedentes e faz uma incursão na atualidade mais recente do relacionamento galego-português, toda a vez que levanta a rede institucional (de âmbito europeu, autonómico ou intermunicipal) que sustenta este relacionamento no século XXI e aponta para a eventual mudança de paradigma nos estreados vínculos institucionais; neste sentido, o tradicional relacionamento galego-português alegado por elites intelectuais de ambos os lados da fronteira política parece estar a ser substituído por um relacionamento Galiza-Norte de Portugal, alicerçado na arquitetura político-institucional de origem comunitária europeia (com as questões que isto eventualmente levanta para os agentes planificadores, nomeadamente da parte galega). Para além de analisar os obstáculos atuais ao relacionamento (ruído identitário e institucional), Pazos-Justo aponta também dois novos eixos

de relacionamento abertos neste século XXI: o institucional, desenvolvido no texto, e o relativo ao caminho português a Compostela, em estudo neste momento por vários membros de Galabra (Bello Vázquez 2015, Rodríguez Prado 2014).

Com a publicação agora, por junto, dos textos que integram este volume pretendemos, enfim, colocar ao dispor do público geral um conjunto de achegas que julgamos referenciais para compreender o relacionamento galego-português na modernidade e contemporaneidade destas duas comunidades do ocidente peninsular.

Índice de conteúdos

5	Portugal como trave do galeguismo? (uma introdução)	
	Roberto Samartim / Carlos Pazos-Justo	
25	Portugal como referente na Galiza do século XVIII.	
	O caso de José Andrés Cornide	
	Raquel Bello Vázquez	
25	1. Antecedentes	
26	2. Hipóteses	
27	3. Seleção do caso e do corpus	
29	4. Relacionamento de J. A. Cornide com Portugal: evidências	
35	5. A defesa do Reino da Galiza: evidências	
38	6. Discussão	
39	7. Conclusões	
41	Cultura portuguesa e legitimação do sistema galeguista.	
	Historiadores e filólogos (1880-1891)	
	Elias J. Torres Feijó	
41	1. Propósito	
42	2. A precariedade do sistema galeguista	
42	2.1. Os cavalos de Tróia	
44	3. À procura da legitimação: cultura, história e política no movimento galeguista, um sistema sitiado	
47	4. A origem do perigo português: Teófilo Braga vs. Emilio Castelar (e um jovem Leite de Vasconcelos); primeiras consequências	
53	5. Teófilo Braga, figura central no sistema galeguista. A crítica de Pardo Bazán	
57	6. A linha galeguista liberal impulsionadora do reintegracionismo cultural	

- 58 7. 1888-1890: Intensificação das polémicas legitimadoras,
também da reintegracionista
- 58 7.1. O debate linguístico
- 60 7.2. Galiza: entre enlace hispano-português e construto de um
sistema luso-galaico
- 64 7.3. O caso Sánchez Moguel e o reintegracionismo
de Manuel Murguía
- 73 7.4. As *presenças* de Leite de Vasconcelos
- 75 7.5. Alguns reflexos do Ultimato
- 77 7.6. A *consagração* galeguista de Oliveira Martins
- 80 8. O discurso de Manuel Murguía nos Jogos Forais de Tui (1891):
os argumentos do reintegracionismo galeguista

85 **A mais poderosa ponte identitária:
Portugal e a Saudade no nacionalismo galego**

Elias J. Torres Feijó

103 **O pensamento cultural galego em referência a Portugal:
posição e função de ideias e grupos no Tardofranquismo
e na Transição**

Roberto Samartim / Gonçalo Cordeiro Rua

- 107 1. Grupos e agentes no SCG de 1968 a 1978
- 117 2. Ideias e publicações no SCG de 1968 a 1978

123 **Sistema literário galego e mundo lusófono
nos primeiros setenta (1969-1974):
Portugal para quê?**

Gonçalo Cordeiro Rua / Maria Felisa Rodríguez Prado

- 123 1. Quadro geral
- 124 1.1. O regime franquista
- 125 1.2. O panorama editorial
- 131 1.3. A questão da língua no protossistema literário galego
- 134 2. O mundo lusófono no protossistema literário galego
- 135 2.1. Língua
- 141 2.2. Literatura
- 149 3. Dimensões a considerar

153 **Inovações repertoriais no campo cultural galeguista
na década de 70 e as transferências do mundo
luso-afro-brasileiro**

Maria Felisa Rodríguez Prado

- 153 1. Propósito
- 153 2. Contextualização
- 155 3. O papel da Universidade compostelana
- 160 4. O campo musical e a *Nova Canción Galega*
- 171 5. Conclusões

173 **O 25 de abril na Galiza dos anos setenta:
impactos e consequências**

Roberto Samartim

- 174 1. O estado de campo na Galiza: grupos e posições
- 175 1.1. O 25 de abril na resiliência
- 179 1.2. O 25 de abril na resistência
- 183 2. O impacto do 25 de abril através da imprensa (*Faro de Vigo*)
- 187 3. Síntese conclusiva

243

ÍNDICES

189 **Confluências e ruídos.
Contributos para o entendimento das relações
culturais galego-portuguesas na atualidade**

Carlos Pazos-Justo

- 189 1. Introdução
- 190 2. Linhas de força do relacionamento cultural galego-português
- 192 3. O relacionamento cultural galego-português hoje
- 196 3.1. Galiza-Portugal vs. Galiza-Norte de Portugal
- 198 3.2. O ruído
- 198 3.2.1. O ruído institucional
- 202 3.2.2. O ruído identitário
- 205 4. Síntese conclusiva

209 **Referências Bibliográficas**

227 **Índices**

227 Índice de instituições, organizações e eventos

231 Índice conceitual

235 Índice onomástico

241 Índice de conteúdos

245 **Notas bio-bibliográficas**

244

.....
PORTUGAL E(M) NÓS
.....

Contributos para
a compreensão do
relacionamento cultural
galego-português

PORTUGAL E(M) NÓS

Contributos para a compreensão do relacionamento cultural galego-português

Edição: Roberto Samartim | Carlos Pazos-Justo

© EDIÇÕES HÚMUS, 2019

End. Postal: Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: humus@humus.com.pt

Impressão: PapelMunde – V.N. Famalicão

1.ª edição: Dezembro de 2019

Depósito legal: 465596/19

ISBN 978-989-755-452-0

Roberto Samartim é professor no Departamento de Letras da Universidade da Corunha (UdC). Integra o Grupo de Estudos Territoriais da UdC e a Rede Galabra (grupos na USC e na UMinho). Estuda o funcionamento dos campos culturais e os processos políticos e ideológicos com eles relacionados. Entre outras responsabilidades, foi diretor da *Agália. Revista de Estudos na Cultura* (2010-2017), vice-decano da Faculdade de Filologia da UdC (2011-2013), Secretário Geral da Associação Internacional de Lusitanistas (2011-2014) e editor da www.plataforma9.com (2014-2018) [+ info: <https://redegalabra.org/membro/robertosamartim/>].

Carlos Pazos-Justo é professor do Departamento de Estudos Românicos da Universidade do Minho e investigador do grupo Galabra-UMinho do Centro de Estudos Humanísticos da mesma universidade. A sua investigação tem-se centrado nos estudos da cultura e da literatura. É Vice-Presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas, Coordenador do Centro de Estudos Galegos da UMinho e membro da Comissão Executiva da Associação Portuguesa de Professores de Espanhol Língua Estrangeira [+ info: <https://redegalabra.org/membro/carlospazos/>].